SAÚDE SUPLEMENTAR

FENASAÚDE

Bruno Sobral | diretor-executivo

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

01 Como a entidade avalia a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e quais são as principais expectativas do setor que representa em relação à condução das políticas públicas de saúde e ao ambiente de negócios nos próximos quatro anos?

Resposta: A FenaSaúde recebe a definição do novo mandato presidencial com disposição para o diálogo técnico e republicano. A expectativa é que o próximo governo avance na construção de políticas públicas que considerem a complementaridade entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a saúde suplementar, reconhecendo que ambos integram a mesma estrutura de assistência à população e enfrentam desafios comuns, como o envelhecimento populacional, o aumento dos custos assistenciais e a incorporação de novas tecnologias.

Para isso, é fundamental que as políticas públicas sejam orientadas pela eficiência, pela racionalidade na utilização dos recursos e pela ampliação do acesso. No ambiente de negócios, o setor espera maior previsibilidade regulatória, segurança jurídica e condições para o desenvolvimento de novos produtos e modelos de atendimento. A FenaSaúde entende que o excesso de restrições regulatórias e a falta de flexibilidade contratual podem comprometer a concorrência, desestimular investimentos e limitar a oferta de planos, com impacto direto sobre as possibilidades de escolha dos consumidores.

02 Quais são as três principais demandas que a entidade pretende apresentar ao governo federal para o mandato de 2027 a 2030? Que medidas considera mais urgentes para assegurar a sustentabilidade econômica, ampliar o acesso da população à saúde e estimular investimentos no setor?

Resposta: A agenda 2027–2030 da FenaSaúde está estruturada em três prioridades. A primeira é ampliar à saúde suplementar, com a criação de produtos mais acessíveis, especialmente nas modalidades ambulatoriais e de atenção primária, e a modernização das regras contratuais. Nesse contexto, precisamos que no processo regulatório da ANS não se crie regras rígidas sobre fatores moderadores, como franquias e coparticipação, pois elas impedirão a oferta de produtos com prêmios mais acessíveis. Da mesma forma, esperamos que não se estabeleçam regulamentos que tirem a capacidade das operadoras de definir reajustes e revisões em contratos coletivos pois só assim evita-se que carteiras encerrem sem necessidade promovendo alta rotatividade de beneficiários e dificultando o planejamento de ações de cuidado preventivo a esses beneficiários. Importante sempre lembrar que o engessamento de regras fez definhar a oferta de planos individuais que poderiam ser hoje importante fator de estímulo à concorrência entre as empresas em benefício do consumidor.

03 Que decisões concretas o próximo governo deveria tomar já em 2027 para atender às necessidades do segmento? Quais mudanças regulatórias, tributárias, de financiamento ou de políticas públicas são consideradas fundamentais e que resultados a entidade espera alcançar até 2030?

Em 2027, o governo deve priorizar medidas que criem condições para ampliar a oferta de planos, estimular investimentos e fortalecer a integração entre os sistemas público e privado. No campo regulatório, é importante que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) avance na modernização das regras para novos produtos, especialmente os ambulatoriais, e na revisão de mecanismos contratuais que permitam maior flexibilidade e mensalidades mais acessíveis.

Na incorporação de tecnologias, a criação de uma instância nacional de ATS, com critérios técnicos e avaliação dos impactos econômicos e assistenciais, é uma medida fundamental. Também é necessário avançar na interoperabilidade dos dados de saúde e em parcerias entre os setores público e privado, especialmente para ampliar a oferta de consultas e exames especializados e contribuir para a redução das filas do SUS.

Na agenda tributária, a prioridade é assegurar neutralidade e previsibilidade na regulamentação da Reforma Tributária, evitando aumento da carga sobre a cadeia de saúde que possa ser repassado aos

consumidores. Já no enfrentamento às fraudes, a integração de bases de dados e o fortalecimento da fiscalização devem ganhar prioridade.

Até 2030, a expectativa é criar condições para ampliar a cobertura da saúde suplementar, atrair novos beneficiários, especialmente jovens e famílias de menor renda, reduzir desperdícios e dar maior previsibilidade aos custos assistenciais. O objetivo é fortalecer a sustentabilidade do setor, ampliar o acesso da população e consolidar uma relação mais coordenada entre a saúde pública e a privada, em benefício de todo o sistema de saúde brasileiro.